

**EDv na PETIÇÃO Nº 12.592 - PR (2010/0218140-2)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**EMBARGANTE : SILVIA MOREIRA CORREIA DA CRUZ**  
**ADVOGADO : OMAR GNACH E OUTRO(S) - PR042934**  
**EMBARGADO : ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORA : LUYZA MARKS DE ALMEIDA E OUTRO(S) - PR048121**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de divergência interpostos por Silvia Moreira Correia da Cruz contra acórdão proferido pela Primeira Turma desta Corte Superior assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 37, XVI, "B" DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CUMULAÇÃO DO CARGO DE PROFESSOR COM OUTRO QUE NÃO EXIGE CONHECIMENTO ESPECÍFICO PARA SEU EXERCÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal.

III - É consolidado o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual é inviável a cumulação do cargo de professor com cargo que, apesar da nomenclatura de técnico, não exige nenhum conhecimento específico para o seu exercício, sendo certo que o cargo técnico requer conhecimento específico na área de atuação do profissional.

IV – A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V – Agravo Interno improvido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 359-366).

A embargante afirma que a discussão, nos autos, diz respeito à "legalidade do acúmulo entre os cargos de Professor e o de Assistente em Biblioteca, para o qual se exige concurso público com formação específica profissionalizante de nível médio em magistério" (e-STJ, fl. 374).

Destaca que, no recurso ordinário, alegou omissão, pois não analisada lei municipal que demonstra a exigência do curso específico de magistério para o cargo. Entretanto, persistiu o vício, porquanto não enfrentado argumento capaz de infirmar a conclusão adotada.

Cita o julgamento proferido pela Segunda Turma nos EDcl no REsp 1.678.686/RJ. Evidencia que "a tese paradigma ao assentar que 'Cargo técnico é o conjunto de atribuições cuja execução reclama conhecimento específico de uma área do saber' diverge profundamente da decisão embargada quando assenta que '[n]o caso, não merece prosperar a alegação de omissão no acórdão embargado, relativamente à exigência da Lei Municipal n. 1.862/03 de formação em magistério no ensino médio para a ocupação do cargo de assistente em biblioteca'"(e-STJ, fls. 383-384).

É o relatório.

O acórdão ora questionado foi proferido em agravo interno manejado contra decisão que negou seguimento ao recurso ordinário em mandado de segurança. Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Conforme o entendimento desta Corte Superior, não cabem embargos de divergência contra julgado prolatado em recurso ordinário em mandado de segurança.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. INCABIMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Não são cabíveis embargos de divergência em sede de recurso ordinário em mandado de segurança. Precedentes.

III - O Agravante não apresenta argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Agravo Interno improvido.

(AgInt na Pet 12.370/PI, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 18/6/2019, DJe 25/6/2019)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE

DIVERGÊNCIA. ACÓRDÃO EMBARGADO PROFERIDO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DESCABIMENTO. PRECEDENTES.

1. Este Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência consolidada pelo descabimento da interposição de embargos de divergência contra acórdão prolatado em sede de recurso ordinário em mandado de segurança. Nesse sentido: RCD nos EREsp 1.185.404/AM, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 13/03/2019; AgRg nos EREsp 1.361.520/PA, Rel. Ministra Laurita Vaz, Terceira Seção, DJe 18/12/2018; e AgRg nos EREsp 1.388.241/RJ, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 28/09/2018.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDv na Pet 11.801/MG, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/6/2019, DJe 19/6/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IRRESIGNAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO UNIFICADOR POR SEU DESCABIMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO. PREVISÃO LEGAL APENAS PARA AS HIPÓTESES DE RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não cabem Embargos de Divergência contra acórdão prolatado em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, conforme dispõem os arts. 546, I do CPC/1973 e 266 do RISTJ.

2. A alegação de fungibilidade trazida no Agravo Interno não é servil ao seu propósito, porquanto não discute o fundamento da decisão agravada (não cabimento de EmbDiv no RMS), mas a possibilidade de utilização indiferente de REsp. e RMS, controvérsia que sequer chegou a ser debatida no julgamento do acórdão embargado de divergência.

3. Ainda que assim não fosse, o STJ já firmou a impossibilidade de aplicação de fungibilidade recursal entre RMS e REsp. Precedentes: AgInt no AREsp. 692.078/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 12.12.2018 e REsp. 1.721.082/DF, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 23.11.2018, dentre outros.

4. Agravo Interno do Particular a que se nega provimento.

(AgInt na Pet 10.815/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, julgado em 11/6/2019, DJe 14/6/2019)

Ante o exposto, com fulcro nos arts. 1.044, *caput*, e 266-C do RISTJ, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes  
Relator